



Capítulo I

Violência Contra o Patrimônio

Conflitos relativos a direitos territoriais 37

**Invasões possessórias,
exploração ilegal de recursos naturais
e danos diversos ao patrimônio..... 41**

**Omissão e morosidade
na regularização de terras..... 49**



Indígenas Parakanã (PA). Morosidade de autoridades aumenta conflito por terras em várias regiões do país

Conflitos relativos a direitos territoriais

Ano de 2008

Em 2008 houve registro de 16 conflitos relativos a direitos territoriais. Foram 2 na Bahia, 4 no Ceará, 1 no Maranhão, 1 no Mato Grosso, 1 no Mato Grosso do Sul, 1 no Pará, 5 em Rondônia e 1 em Santa Catarina.

Em 9 casos, a causa principal foi a morosidade das autoridades na regularização das terras indígenas. Há casos de terras indígenas já homologadas, onde invasores continuam na área e o governo federal não efetua a desocupação. Assim, as comunidades indígenas precisam esperar, às vezes por décadas, para receber de volta o que por direito lhes é garantido.

No Pará, por exemplo, há 20 anos atrás, mais de 1.200 fazendeiros e madeireiros invadiram e ocuparam a terra Apyterewa, do povo Parakanã, que já estava homologada. Em vez de retirar os invasores, cumprindo determinação constitucional, as autoridades responsáveis tentaram mantê-los na área, chegando a diminuir o tamanho dessa terra indígena. Em Santa Catarina, de forma semelhante, depois da publicação da portaria que declarou os limites da terra indígena Morro dos Cavalos, do povo Kaingang, houve protesto contra a demarcação com apoio da prefeitura de Palhoça, cidade onde a terra se localiza. Também foi desencadeada uma campanha visando anular a demarcação. No Mato Grosso do Sul, as autoridades ainda não atenderam a demandas do Terena da terra indígena Pilad Rebuá, que pedem a retirada dos fazendeiros invasores da área.

Na Bahia, uma comunidade Tupinambá foi expulsa de forma violenta de uma terra que o povo havia retomado, porque a Fundação Nacional do Índio (Funai) não cumpriu o prazo estipulado pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3) para finalizar o relatório de identificação das terras.

Ainda na Bahia, há outro exemplo de como a morosidade das autoridades não leva apenas à injustiça, mas também à violência. Uma comunidade Pataxó retomou uma área, de onde o povo havia sido expulso na década de 1970. Por mais de 20 anos, esse povo tem reivindicado a área como território tradicional, e, cansados de esperar as autoridades agirem, retomaram-na. Os fazendeiros que ocupam a terra sequer recorreram à justiça. Contrataram um grupo de homens armados para expulsar os Pataxó, mas os indígenas conseguiram impedir o conflito. Nos últimos anos, as comunidades Pataxó têm sofrido pressão e violências de diversos tipos motivadas por conflitos territoriais.

Há 7 casos de conflitos provocados pela construção de obras, como um centro turístico e um porto no Ceará. Obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em Rondônia, preocupam pela falta de atenção aos povos isolados nas regiões atingidas, colocando em risco a sobrevivência destes povos. É o caso da hidrelétrica Santo Antônio, no rio Madeira, e do asfaltamento da BR 429, que liga os municípios de Presidente Médici e Costa Marques.

Em diversas terras indígenas homologadas, as autoridades responsáveis não providenciam a retirada dos invasores. Dessa forma, as comunidades esperam, às vezes por décadas, para receber de volta o que por direito lhes é garantido.

CONFLITOS RELATIVOS A DIREITOS TERRITORIAIS

Dados - 2008

Total de casos: 16

BA – 2 Caso(s)

TERRA INDÍGENA: PATAXÓ**POVO(S):** PATAXÓ**TIPO DE CONFLITO:** Reintegração de posse

DESCRIÇÃO: Homens armados teriam sido contratados pelos fazendeiros para expulsar os indígenas. A luta pela retomada da terra já vem de longa data. Os índios afirmam que não sairão da terra e que não estão invadindo porque a área pertence a seus antepassados e a retomada representa o cumprimento de um direito constitucional. As famílias foram expulsas na década de 1970 pela antiga empresa de exploração madeireira Brasil-Holanda e a área que faz parte do território tradicional desse povo, está em fase de estudos para demarcação.

FONTE: A Tarde, 19/07/2008**TERRA INDÍGENA:** TUPINAMBÁ DE OLIVENÇA**POVO(S):** TUPINAMBÁ DE OLIVENÇA**TIPO DE CONFLITO:** Reintegração de posse.

DESCRIÇÃO: Em janeiro 2008, o TRF suspendeu, por 180 dias, a decisão de retirada dos índios. Nesse período a Funai deveria finalizar o relatório de identificação das terras. O relatório foi finalizado, mas a Funai pediu informações complementares ao Grupo Técnico. O prazo expirou e a Justiça Federal determinou que a PF cumprisse os mandados de reintegração de posse. A ação deixou muitas pessoas feridas e casas e utensílios destruídos dos indígenas.

FONTE: Informe 839/Cimi - Boletim Mundo - 23/10/08

CE - 4 Caso(s)

TERRA INDÍGENA: TREMEMBÉ DE ALMOFALA**POVO(S):** TREMEMBÉ**TIPO DE CONFLITO:** Empreendimento turístico imobiliário

DESCRIÇÃO: No Ceará há conflito entre os Tremembé de São José e Buriti e o grupo Nova Atlântida. Este grupo pretende construir um grande empreendimento turístico imobiliário nas terras habitadas secularmente pelos índios. À época a construção da obra encontrava-se embargada por uma liminar concedida pela Justiça Federal e confirmada pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região de Recife. O grupo empresarial também nega a existência dos Tremembé e alega a posse das terras ocupadas.

FONTE: Instituto Terramar**TERRA INDÍGENA:** TAPEBA**POVO(S):** TAPEBA**TIPO DE CONFLITO:** Pedido de anulação de processo demarcatório

DESCRIÇÃO: No município de Caucaia, a oligarquia Arruda, há décadas no poder municipal local, entrou com um mandado de segurança pedindo a anulação do processo demarcatório das terras do povo Tapeba, que já lutam há três décadas pela sua demarcação.

FONTE: Instituto Terramar**TERRA INDÍGENA:** ANACÉ**POVO(S):** ANACÉ**TIPO DE CONFLITO:** Construção do Porto de Pecém

DESCRIÇÃO: Em São Gonçalo do Amarante, Ceará, desde a construção do Porto de Pecém, a situação do povo Anacé vem agravando-se. O empreendimento já ocasionou a expulsão de três comunidades e ameaça grande parte das terras por eles ocupadas, além de gerar fortes impactos ambientais.

FONTE: Instituto Terramar**TERRA INDÍGENA:** PITAGUARY**POVO(S):** PITAGUARY**TIPO DE CONFLITO:** Invasão

DESCRIÇÃO: Em Maracanaú, os Pitaguary estão ameaçados judicialmente de perder parte de suas terras para um posseiro que ocupa indevidamente um espaço de 600 hectares no meio da aldeia Santo Antônio dos Pitaguary.

FONTE: Instituto Terramar

MA – 1 Caso(s)

TERRA INDÍGENA: KRIKATI**POVO(S):** KRIKATI**TIPO DE CONFLITO:** Invasão

DESCRIÇÃO: Índios detêm servidores da Funai e Incra. Eles reivindicam mais agilidade na retirada dos 80 invasores de suas terras. O administrador da Funai em Araguaína, Cleso Fernandes, disse que as lideranças indígenas já haviam solicitado a presença da Polícia Federal na área, pois os fazendeiros estariam impedindo o trabalho desses servidores. O trabalho de regularização da área começou em 2000 e, até agora, não foi concluído.

FONTE: Folha de São Paulo/SP, 3/06/2008, 4/06/2008; Jornal do Tocantins/TO, 3/06/2008

MS – 1 Caso(s)

TERRA INDÍGENA: PILAD REBUA**POVO(S):** TERENA**TIPO DE CONFLITO:** Reintegração de posse

DESCRIÇÃO: A terra indígena tem, segundo registros da União, 208 ha e 48 ha estão invadidos por fazendeiros. Esta é a parte que os Terena estão tentando reconquistar. Com este fim, ocuparam essa área. Nos 160 ha restantes vivem cerca de 3 mil pessoas, ou seja, há apenas 0,05 hectare disponível para cada Terena. No dia 13 de junho a Juíza Vânia Arantes, da 1ª Vara Cível de Miranda, deferiu liminar de reintegração de posse ordenando desocupação imediata da área retomada e decretando a prisão das lideranças que tentassem resistir. Conforme a assessoria jurídica do Cimi trata-se de uma decisão nula porque "foi proferida por juiz absolutamente incompetente para processar e julgar esse tipo de demanda, pois compete à Justiça Federal julgar sobre direitos indígenas, conforme

a Constituição”. Os Policiais Militares foram até o local para cumprir mandado de reintegração de posse e acabaram entrando em conflito com o grupo de indígenas. No conflito os policiais jogaram bombas de efeito moral e efetuaram disparos de balas de borracha. Os barracos ocupados pelos indígenas foram queimados e viaturas policiais foram danificadas. Foram encaminhados quatro presos à Delegacia de Polícia Civil de Miranda e apreendidos facões, martelo, arcos e flecha.

FONTE: O Estado do Mato Grosso, 19/06/2008; Cimi - Assessoria comunicação, 17/06/08

MT – 1 Caso(s)

TERRA INDÍGENA: MARÃIWATSEDÉ (SUYAMISU)

POVO(S): XAVANTE

TIPO DE CONFLITO: Invasão

DESCRIÇÃO: Retirados contra sua vontade de sua terra tradicional no ano de 1966, os Xavante retornaram para esta só em meados de 2004, depois de ficarem nove meses acampados na estrada onde morreram duas crianças. Mesmo comprovada a posse imemorial pelos indígenas, o processo de retirada dos invasores permanece lento. As forças políticas e econômicas que atuam no Estado têm se articulado no intuito de postergar ao máximo a desinversão da terra indígena e o efetivo beneficiamento da comunidade. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que é o responsável pelo reassentamento dos posseiros, tem se demonstrado lento e ineficiente, o que torna o processo de desocupação ainda mais demorado.

sentamento dos posseiros, tem se demonstrado lento e ineficiente, o que torna o processo de desocupação ainda mais demorado.

FONTE: Cimi Regional Mato Grosso

PA – 1 Caso(s)

TERRA INDÍGENA: APYTEREWA

POVO(S): PARAKANÃ

TIPO DE CONFLITO: Invasão

DESCRIÇÃO: Mais de 1.200 famílias de fazendeiros e madeireiros invadiram e ocupam até hoje as terras indígenas há mais de 20 anos. O território foi homologado por decreto presidencial em 19/04/2007. A presença dos indígenas vem sendo confirmada por antropólogos desde a década de 1970. Políticos e líderes dos invasores não aceitam a homologação e tentam anulá-la recorrendo a atos públicos e manifestações. Para tirar o foco do interesse em grilagem, alegam, segundo a CPT, que há 2 mil colonos que já estão assentados e, por isso, a terra deveria ser diminuída. A pressão dos fazendeiros e dos políticos locais já fez com que a terra indígena sofresse uma redução em sua área original, resultando no acirramento do conflito e no estímulo a novas invasões. Grupos de posseiros, incentivados por interesses econômicos e políticos, entram na área de forma organizada para a extração ilegal de ouro e de madeira.

FONTE: O Liberal/PA, 22/05/2008; Cimi Norte II



A terra Marãiwatsedé, dos Xavante, segue invadida por não-índios no Mato Grosso

Foto: Marcy Picango/Arquivo Cimi



Porto do Pecém trouxe graves impactos para a terra onde vivem os Anacé (CE)

RO – 5 Caso(s)

POVO(S): SEM CONTATO

TIPO DE CONFLITO: Obras do PAC

DESCRIÇÃO: Máquinas do consórcio Madeira Energia iniciaram as obras para a construção da hidrelétrica de Santo Antônio. Relatório da Funai aponta referências a, pelo menos, cinco grupos de índios isolados na área de abrangência da usina. Um dos grupos estaria a apenas 14 quilômetros do canteiro central da hidrelétrica. Eles viveriam numa área já considerada de uso restrito, chamada Jacareúba Katawixi. Experiências anteriores mostram que o encontro entre índios isolados e não-índios é desastroso, devido ao choque cultural e à transmissão de doenças, entre outros problemas. Segundo informações do Cimi, encaminhadas ao MPF e confirmadas pela Funai, há povos que habitam próximos à terra indígena Karitiana e Karipuna, os do rio Karipuninha que vive na região do Jirau e terra indígena Katawixi na região sul de Lábrea, Amazonas. Estes povos correm sérios riscos de terem suas terras inundadas e a destruição dos recursos naturais provocando o extermínio desses povos.

FONTE: Agenda Popular-Cedefes-set/2008; Cimi Regional Rondônia

TERRA INDÍGENA: URU-EU-WAU-WAU

POVO(S): JURUREY

TIPO DE CONFLITO: Estradas - construção e pavimentação

DESCRIÇÃO: Os estudos que prevêem o asfaltamento da BR 429 que liga os municípios de Presidente Médice a Costa Marques, não levaram em consideração a existência de indígenas isolados e irão atingir diretamente o povo Jururey, precisamente no trecho da Serra da Onça, numa distância de 5 km da rodovia até a maloca do povo Jururey.

FONTE: Cimi Regional Rondônia

POVO(S): CASSUPÁ, SALAMÃI

TIPO DE CONFLITO: Construção de hidrelétrica (PCH)

DESCRIÇÃO: O território reivindicado pelos povos Cassupá e Salamãí está sendo ameaçado com construção de PCHs do Rio Cascata, destruindo lugares sagrados dos povos.

FONTE: Cimi Regional Rondônia

POVO(S): ARARA, ARIKAPÚ, ARUÁ, GAVIÃO, KANOÉ, KARI-TIANA, KAXARARI, KWAZÁ, MAKURAP, TUPARI

TIPO DE CONFLITO: Revisão de demarcação

DESCRIÇÃO: Na maioria das terras indígenas demarcadas não foram levados em consideração os territórios tradicionais, seus lugares sagrados, o que levou os povos a pedirem revisão de limites. Considerando a falta de espaço que permite sua reprodução física e cultural, esses povos sofrem violências com as constantes invasões de seus territórios, por parte de madeireiros, pescadores, garimpeiros, projetos plano de manejo florestal, construção do Complexo do Madeira, entre outros.

FONTE: Cimi Regional Rondônia

TERRA INDÍGENA: KUJUBIM

POVO(S): KUJUBIM

TIPO DE CONFLITO: Não regularização fundiária

DESCRIÇÃO: Parte do território tradicional do povo Kujubim, hoje é reserva extrativista, e outra parte está ameaçada com projeto de assentamento do Incra, colocando em risco toda a floresta e sobrevivência deste povo que ainda luta pela regularização de sua terra.

FONTE: Cimi Regional Rondônia

SC – 1 Caso(s)

TERRA INDÍGENA: MORRO DOS CAVALOS

POVO(S): KAINGANG

TIPO DE CONFLITO: Protestos contra demarcação

DESCRIÇÃO: No ano de 2007, com a demora da Funai para cumprir os prazos estipulados para a tramitação do processo demarcatório, houve tempo suficiente para que a mídia, a revista Veja em particular, iniciasse uma campanha contra a demarcação da terra indígena. Mesmo assim, em abril de 2008, o ministro da Justiça, Tarso Genro, assinou portaria declaratória da Terra Indígena. Em 17 de junho houve um protesto organizado pelos contrários à demarcação, apoiado pelo prefeito de Palhoça. O prefeito iria solicitar audiência ao ministro para discutir a portaria e pedir sua revogação. A acusação é de que a demarcação é uma “fraude antropológica”.

FONTE: Cimi Sul; Diário Catarinense, 13 e 17/6/2008

Invasões possessórias, exploração ilegal de recursos naturais e danos diversos ao patrimônio

Ano de 2008

Em 2008 foram registrados 41 casos de invasões possessórias e exploração ilegal de recursos naturais em terras indígenas, resultando em danos ambientais, biológicos e ao patrimônio indígena. Esta situação impacta a vida dos indígenas que dependem dos recursos naturais das suas terras.

Foram registrados casos de invasão possessória por parte de grileiros, agricultores e pecuaristas, além de casos de exploração ilegal por madeireiros e garimpeiros, que retiraram ilegalmente de terras indígenas madeira e minerais como cascalho, areia, pedras preciosas e ouro. Registraram-se casos de pesca e caça predatórias ilegais e houve ainda invasão por narcotraficantes, que se aproveitam das terras indígenas para o transporte de drogas, inclusive para construir pistas de pouso ilegais.

Os casos ocorreram nos estados do Acre, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Maranhão,

Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná, Rio de Janeiro, Rondônia, Rio Grande do Sul, Roraima, Santa Catarina e Tocantins.

O estado com o maior número de casos (8) foi Rondônia. São variados, como invasão de terras indígenas por fazendeiros, exploração ilegal de madeira, retirada de areia e construção de obras. Chama atenção o fato do governador de Rondônia, Ivo Cassol, ocupar 80% do território tradicional do povo Wayurú.

Mato Grosso aparece com 7 registros, sendo 1 de desmatamento, 1 de exploração ilegal de madeira, 2 de invasão por fazendeiros, 2 de poluição de rios por agrotóxicos e 1 de pesca predatória. Isto não surpreende, visto que o Mato Grosso tem registrado os piores índices de desmatamento em consequência da expansão de monoculturas, sobretudo de soja, que requerem, além de espaço, uso intensivo de agrotóxicos.



Foto: Equipe Cimi/MA

Em diversas regiões do país, invasores retiram recursos naturais ilegalmente das terras indígenas, como os madeireiros que desmatam as terras dos Guajajara no Maranhão

Foto: Maurício Campos



Um incêndio destruiu uma aldeia Guarani em Niterói (RJ). A presença indígena incomoda moradores e empreiteiras da região

Observa-se regularmente que há várias atividades invasoras ao mesmo tempo em uma mesma área. Na terra indígena Arara do rio Amônia, no Acre, por exemplo, acontece extração ilegal de madeira e caça predatória, além da presença de posseiros e narcotraficantes.

A exploração ilegal de madeira na terra indígena Araribóia, dos Guajajara, tem sido denunciada às autoridades há vários anos. No entanto, a atividade continua implicando diversos danos e envolvendo diversas pessoas na depredação do patrimônio natural desta terra.

Merece atenção ainda a atividade de garimpeiros, que constitui roubo de riquezas das terras indígenas e, ao mesmo tempo, provoca graves danos ambientais. Por exemplo, os Yanomami que vivem perto do rio Catrimani, em Roraima, ficaram sem água potável para consumo e têm passado fome, porque os peixes morreram em função de contaminação da água.

Destaca-se também o caso de destruição de patrimônio indígena no estado do Rio de Janeiro, na praia de Cambinhas, em Niterói, onde foram queimadas 6 casas, a escola e todos os pertences pessoais dos Guarani que viviam em uma aldeia. A comunidade vive numa área de interesse de construtores imobiliários.

Na região do rio Cautário, em Rondônia, 4 soldados, um cabo e um sargento do Exército da cidade de Forte Príncipe, junto com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) do município de Costa Marques, expulsaram moradores de uma aldeia Kujubim,

queimando suas casas e roças. O motivo para esta violência é desconhecido.

Chamam atenção as 2 denúncias de construção de barragens (PCH - Pequenas Centrais Hidrelétricas), uma em Rondônia, na terra indígena Rio Branco, e uma na terra indígena Votouro, no Rio Grande do Sul. As barragens ameaçam inundar terras indígenas demarcadas ou em estudo para demarcação. Os vários povos de Rio Branco já sofrem pelas dificuldades de transporte, geradas por outras cinco barragens que estão em operação, e pela escassez de peixes e quelônios, como tartarugas, principal fonte de alimentação. As barragens afetam profundamente a reprodução destes animais.

Destacam-se, por fim, os 2 casos envolvendo as empresas produtoras de celulose, Veracel e Aracruz. Na Bahia, a Veracel tem mais de 1000 hectares de plantações de eucaliptos dentro das terras reivindicadas pelos Pataxó de Barra Velha. O intenso consumo de água desta espécie de árvore provoca escassez de água nos riachos da região. Também diminuiu a disponibilidade de animais nas áreas onde os indígenas caçam. No Espírito Santo, quando terra Comboios dos Tupinikim foi declarada terra indígena, áreas de plantação da empresa Aracruz Celulose ficaram dentro região demarcada. Porém, os indígenas receberam essa terra totalmente devastada, com os riachos secos e poluídos por agrotóxicos e sem mata ciliar. Os milhares de tocos dos eucaliptos cortados cobrem a terra, impedindo o plantio ou o reflorestamento. A empresa se comprometeu a ajudar a buscar soluções.

INVASÕES POSSESSÓRIAS, EXPLORAÇÃO ILEGAL DE RECURSOS NATURAIS E DANOS DIVERSOS AO PATRIMÔNIO

Dados -2008

Total de casos: 41

AC – 1 Caso(s)

TERRA INDÍGENA: ARARA DO RIO AMÔNIA

POVO(S): ARARA

TIPO DE DANO: Extração ilegal de madeira, tráfico de animais

DESCRIÇÃO: A extração de madeira e a caça predatória são constantes dentro da terra indígena. Outra preocupação da comunidade indígena é em relação ao intenso fluxo de narcotraficantes, por ser de fácil acesso com o Peru. A presença de posseiros, caçadores e narcotraficantes se intensificou após a publicação sobre a demarcação no Diário Oficial da União. O cacique Francisco Siqueira já levou denúncia ao Ministério Público Federal, mas nenhuma medida foi adotada.

FONTE: Equipe Cimi Regional AO, cacique Francisco Siqueira; A Gazeta/AC, 15/11/2008

AM – 2 Caso(s)

TERRA INDÍGENA: KULINA DO RIO ENVIRA

POVO(S): KULINA

TIPO DE DANO: Extração ilegal de madeira, caça predatória

DESCRIÇÃO: Três frentes de invasores exploram ilegalmente a terra indígena, há vários anos. Madeiros tiram madeira de lei, fazendeiros aumentam seus campos de gado para dentro da área dos Kulina e caçadores matam ou espanham a caça do território.

FONTE: 6a.CCR do MPF, 03/12/2008

TERRA INDÍGENA: VALPARAISO

POVO(S): APURINÃ

TIPO DE DANO: Desmatamento

DESCRIÇÃO: O fazendeiro derrubou uma área de 300 hectares de mata virgem. A área em questão está em estudo e é reivindicada pelos Apurinã. Foi encaminhada denúncia a Funai. Nenhuma providência foi adotada.

FONTE: Liderança indígena

BA – 2 Caso(s)

TERRA INDÍGENA: BARRA VELHA

POVO(S): PATAXÓ

TIPO DE DANO: Plantação de eucaliptos

DESCRIÇÃO: Os caciques das aldeias Guaxuma e Barra Velha reclamam da expansão das plantações de eucaliptos nas terras por eles reivindicadas. Afirmam que os riachos estão secando e que houve uma redução da caça. A Veracel reconhece que 3.851 hectares de sua propriedade estão dentro da área de ampliação do território indígena dos Pataxó. Desse total, 1.018 ha estão ocupados com plantações de eucaliptos para produção de celulose na fábrica da empresa.

FONTE: Correio Braziliense, 29/08/2008

TERRA INDÍGENA: CARAMURU CATARINA PARAGUAÇU

POVO(S): PATAXÓ HÃ-HÃ-HÃE

TIPO DE DANO: Invasão

DESCRIÇÃO: 36 homens encapuzados entraram na área, levando 500 cabeças de gado e ameaçaram retirar os indígenas à força. A área foi retomada em 2007 e faz parte da terra indígena. O processo para concluir a regularização aguarda decisão do STF há 25 anos.

FONTE: Informe do Cimi, 6/03/2008

CE – 1 Caso(s)

TERRA INDÍGENA: LAGOA DA ENCANTADA

POVO(S): GENIPAPO KANINDÉ

TIPO DE DANO: Poluição e exploração de água

DESCRIÇÃO: Em Aquiraz, Ceará, o povo Genipapo Kanindé sofre devido a poluição e a retirada de água da terra indígena Lagoa da Encantada, realizadas pelo grupo Ypióca. O grupo também é acusado de criminalizar defensores dos direitos indígenas.

FONTE: Instituto Terramar

ES – 1 Caso(s)

TERRA INDÍGENA: COMBOIOS

POVO(S): TUPINIKIM

TIPO DE DANO: Desmatamento

DESCRIÇÃO: Após a assinatura do ministro da Justiça declarando a terra como indígena, os índios receberam uma terra devastada e com problemas de utilização de água. A aldeia é abastecida por caminhões pipa porque os riachos próximos estariam secando ou poluídos por agrotóxicos. Conforme estudo da Associação de Geógrafos Brasileiros, na seção Espírito Santo, a construção de estradas resultou no manilhamento do curso do rio Sahy, deixando-o em péssimas condições ambientais, sem mata ciliar e com pasto, dejetos e pisoteio do gado. A comunidade reivindica indenização pela morte das nascentes, seca dos rios e degradação da terra como consequência da plantação de eucaliptos. Os problemas não se restringem apenas à retirada dos eucaliptos que a empresa se comprometeu a tirar, mas há o problema dos tocos das árvores retiradas e do veneno dos agrotóxicos no solo que afetariam a utilização da terra.

FONTE: Correio Braziliense, 1º e 2/06/2008

MA – 2 Caso(s)

TERRA INDÍGENA: CARU

POVO(S): AWÁ-GUAJÁ

TIPO DE DANO: Extração ilegal de madeira

DESCRIÇÃO: A exploração madeireira se iniciou pela cabeceira do igarapé Água Branca, região onde os indígenas caçam

e coletam e que ficou comprometida. A partir desse ponto se estendeu por toda a área com a construção de uma estrada clandestina que corta a terra indígena. Essa situação coloca em risco a vida dos Awá, tanto os aldeados como os grupos sem contato.

FONTE: Equipe Awá; Cimi Regional- MA

TERRA INDÍGENA: ARARIBÓIA

POVO(S): GUAJAJARA

TIPO DE DANO: Extração ilegal de madeira

DESCRIÇÃO: A terra indígena está demarcada e homologada, mas continua alvo de invasão. Em 2007 houve uma grande operação que envolveu a Polícia Federal, o Ibama e a Polícia Rodoviária Federal, porém os madeireiros continuam invadindo a terra de forma predatória, provocando medo nas comunidades. Como consequência, os indígenas não utilizam as áreas tradicionais para caçar, pois temem a presença dos madeireiros no local.

FONTE: Cimi Regional-MA

MS – 3 Caso(s)

TERRA INDÍGENA: CACHOEIRINHA

POVO(S): TERENA

TIPO DE DANO: Invasão

DESCRIÇÃO: O cacique João Metelo denuncia que famílias não-índias estão ocupando cerca de 400 hectares da terra indígena, enquanto que apenas 45 hectares são ocupados por 1.800 famílias indígenas. Esta terra foi doada pela Prefeitura de Miranda, mas, segundo o cacique, os brancos a invadiram e de lá não saem. Segundo o cacique, a Funai se comprometeu que esta área seria incorporada a aldeia. Além dos invasores, existe ainda uma subestação de retransmissão de eletricidade da Enersul.

FONTE: O Estado de São Paulo/SP, 27/05/2008

TERRA INDÍGENA: KADIWÉU

POVO(S): KADIWÉU

TIPO DE DANO: Desmatamento

DESCRIÇÃO: Florestas da área de assentamento dos índios Kadiwéu são cortadas para atender a crescente demanda do pólo siderúrgico instalado em Corumbá/MS. A Companhia MMX, que desde 2007 produz ferro-gusa em Corumbá, continua operando graças a uma liminar. Autoridades ambientais apreenderam por duas vezes carvão procedente da floresta nativa. A companhia está descumprindo o compromisso com a promotória e o governo de estado, onde ficou acertado que iria adquirir carvão apenas de áreas reflorestadas.

FONTE: O Imparcial/SP, 3/2/2008

TERRA INDÍGENA: TAUNAY / IPEGUE

POVO(S): TERENA

TIPO DE DANO: Desmatamento

DESCRIÇÃO: O indígena Lisio Lilli Terena afirma que o desmatamento aumentou consideravelmente diante da possibilidade de demarcação da terra indígena. Segundo Lilli Terena, o carvão e a pecuária são interesses para o corte da floresta. Além disto, toda a região está ameaçada pela monocultura da soja e cana-de-açúcar.

FONTE: O Imparcial/SP, 3/02/2008

MT – 7 Caso(s)

TERRA INDÍGENA: VALE DO GUAPORÉ

POVO(S): NAMBIKWARA

TIPO DE DANO: Extração ilegal de madeira

DESCRIÇÃO: A Operação Caipora, da Polícia Federal, reprimiu esquema de extração ilegal de madeira da terra indígena Valé do Guaporé. Há suspeitas de envolvimento de servidores públicos.

FONTE: www.otempo.com.br, 29/5/2008; Folha de S.Paulo, 29/05/2008

TERRA INDÍGENA: ERIKBAKTSA

POVO(S): RIKBAKTSA

TIPO DE DANO: Pesca predatória

DESCRIÇÃO: Os indígenas fizeram sete reféns. Estes foram pegos em flagrante quando pescavam de maneira predatória. Os indígenas apreenderam apetrechos de pesca e barcos. Os índios pediram a emissão de carteira de pescador amador aos habitantes da reserva, bem como a qualificação de pessoas da aldeia como fiscais florestais. O chefe da Funai em Juína falou que a área é alvo das atividades ilegais de extração de madeira, minérios e peixes.

FONTE: A Gazeta/MT, 22/05/2008

TERRA INDÍGENA: ENAWENÊ-NAWÊ

POVO(S): ENAWENÊ-NAWÊ

TIPO DE DANO: Agrotóxico

DESCRIÇÃO: Plantações de soja contaminam rios onde os indígenas pescam. Os indígenas que comeram peixes do rio Juarena, nas proximidades de Sapezal, império da soja, estão com problemas de saúde.

FONTE: www.24horasnews, 29/07/2008

TERRA INDÍGENA: PORTAL DO ENCANTADO

POVO(S): CHIQUITANO

TIPO DE DANO: Danos ao meio ambiente

DESCRIÇÃO: Os indígenas denunciam conflitos motivados por queimadas, desmatamento e poluição do rio. Fazendeiros jogam bois mortos dentro do rio o que é perigoso para a saúde da comunidade, pois prejudica o único rio que abastece as aldeias.

FONTE: Cimi Regional MT

TERRA INDÍGENA: UMUTINA

POVO(S): UMUTINA

TIPO DE DANO: Agrotóxico

DESCRIÇÃO: Nas reuniões do zoneamento sócio, econômico e ecológico do Mato Grosso, os usineiros pressionam os indígenas para que fiquem a seu favor. Ocorre que esses empresários jogam resíduos contaminados nos rios Paraguai e Bugres, de onde os índios tiram sua alimentação tradicional que são os peixes. Já houve acidente ambiental quando morreram milhares de peixes afetando a subsistência da comunidade.

FONTE: Francisca Navantino (Chikinha Paresi), 8/11/2008

TERRA INDÍGENA: URUBU BRANCO

POVO(S): TAPIRAPÉ

TIPO DE DANO: Invasão

DESCRIÇÃO: Posseiros, que já haviam sido retirados e indenizados, tornaram a invadir a área. Após audiência entre representantes Tapirapé, Cimi e o Ministério Público Fede-

ral havia-se definido que a Polícia Federal faria uma ação para a retirada dos invasores. Contudo, passados mais de cinco meses nada aconteceu. Os invasores iniciaram uma divisão da região norte da Terra Indígena e ameaçam loteá-la para terceiros. Uma comissão de lideranças Tapirapé esteve em Brasília para encaminhar o caso junto à Funai, contudo ainda não há respostas sobre os encaminhamentos para a retirada dos invasores.

FONTE: Cimi Regional Mato Grosso

TERRA INDÍGENA: JARUDORE

POVO(S): BORORO

TIPO DE DANO: Invasão

DESCRIÇÃO: A terra indígena Jarudore permanece invadida e alguns indígenas do povo Bororo, liderados pela cacique Maria Aparecida, construíram uma aldeia em uma pequena porção do território. A cacique tem feito reuniões indo até Brasília cobrar ações da Funai, mas nada é feito. Em 2006 foi impetrada no Ministério Público uma ação civil pública que exigia a desocupação da terra. Esta tramita na Justiça Federal a passos lentos. Os Bororo vêm enfrentando uma série de ameaças. No início de 2007 Helenilson,

Bororo que morava no distrito de Jarudore e que vinha contribuindo com seu povo, foi assassinado em sua própria casa por um policial militar. O assassino se apresentou e assumiu o crime, porém, ainda não foi julgado e vem pressionando a comunidade indígena.

FONTE: Cimi Regional Mato Grosso

PA – 4 Caso(s)

TERRA INDÍGENA: ALTO RIO GUAMÁ

POVO(S): TEMBÉ

TIPO DE DANO: Invasão

DESCRIÇÃO: Invasores incentivados por madeireiros, plantadores de maconha e, sobretudo, pelo ex-vereador de Garrafão do Norte, Manoel Evilásio, se negam a sair da terra indígena num conflito que se arrasta há anos. Desta vez, cerca de 2 mil colonos mantiveram como reféns dez índios e dois funcionários da Funai. A reserva foi homologada em 1996 e, de acordo com o cacique Ednaldo Tembê, a ação de desocupação total da reserva deveria ter encerrado em dezembro de 2007. Esta terra indígena é rica em ouro, cassiterita, diamante e titânio. A cobiça do ex-vereador se estende a deputados e advogados que também tem interesses políticos na região.

FONTE: Cimi Norte II; O Liberal/PA, 17/02/2008, 19/02/2008 e 20/02/08

TERRA INDÍGENA: XIKRIN DO RIO CATETÉ

POVO(S): XIKRIN

TIPO DE DANO: Desmatamento

DESCRIÇÃO: Ocorrência sistemática de desmatamentos e queimadas dentro da terra indígena.

FONTE: O Globo/RJ, 27/04/2008; Diário do Pará, 24 e 29/04; Cimi Norte II

Fotos: Marcy Picanço/Arquivo Cimi



Terra indígena Jarudore, dos Bororo, no Mato Grosso, continua invadida e lideranças indígenas da área são ameaçados

TERRA INDÍGENA: TEMBÉ

POVO(S): TEMBÉ

TIPO DE DANO: Extração ilegal de madeira

DESCRIÇÃO: A comunidade indígena interditou uma estrada que dá acesso à aldeia, como protesto contra a ação ilegal de madeireiros na reserva. A área possui diferentes espécies de madeira nobre o que tem chamado a atenção de madeireiros na região. Conforme denúncia da liderança indígena Raimundo Tembê, a área está sendo desmatada e caminhões saem diariamente carregados com madeira ilegal. Segundo ainda essa liderança, os indígenas da aldeia Tekunai foram cooptados pelos madeireiros e não apóiam o protesto. A comunidade reclama também da falta de fiscalização pela Funai.

FONTE: O Liberal/PA, 29/10/2008 e 30/10/2008

TERRA INDÍGENA: CAPOTO/JARINA

POVO(S): KAYAPÓ

TIPO DE DANO: Invasão

DESCRIÇÃO: Pecuáristas estão invadindo a terra indígena. Áreas de pastagens e queimadas para derrubada da floresta foram constatadas pelos próprios índios da região, durante expedição de seis dias nos limites a leste da reserva. Eles fazem parte da 1a. brigada indígena de incêndio florestal. Segundo a liderança Kayapó, Megaron, a legislação determina que as fazendas se mantenham distantes a 10 km. de mata intocada das reservas indígenas.

FONTE: www.diariodecuiaba.com.br, 28/11/2008

PR – 1 Caso(s)

TERRA INDÍGENA: BOA VISTA

POVO(S): KAINGANG

TIPO DE DANO: Agrotóxico

DESCRIÇÃO: A comunidade está acampada em dois hectares da sua terra tradicional. A utilização de agrotóxicos por agricultores vizinhos à área, afeta diretamente os índios, poluindo as águas que abastecem a comunidade e provocando doenças de pele e respiratória, entre outras.

FONTE: Comunidade Indígena e Cimi-Equipe Paraná

RJ – 1 Caso(s)

TERRA INDÍGENA: CAMBOINHAS

POVO(S): GUARANI

TIPO DE DANO: Incêndio

DESCRIÇÃO: Um incêndio destruiu seis malocas, uma escola, além de pertences pessoais dos índios. Na hora do incêndio, estavam na aldeia apenas mulheres e crianças e um homem. Na escola, onde as crianças aprendiam a língua Tupi, também estavam guardados livros, dentre eles a obra escrita pelo cacique Darci Tupã Nunes de Oliveira, que contava a história de seus antepassados. De acordo com a Polícia Civil o incêndio foi criminoso. A OAB do Rio de Janeiro, por sua vez, denunciou que milícias armadas estariam envolvidas no caso. A intenção seria expulsar os índios do local. A área em questão fica em um condomínio de luxo, alvo de empreiteiras da construção civil. O terreno pertencia ao windsurferista George Mollin Rebelo, que a doou aos índios, conforme registros imobiliários de patrimônio (números 5865.0101479-88 e 5865.010.1488-79).

FONTE: noticias.uol.com.br - 18.07.2008 e Ag. Brasil, 18.07.2008; Isto É - 22/10/08

RO – 8 Caso(s)

TERRA INDÍGENA: KARIPUNA

POVO(S): KARIPUNA DE RONDÔNIA

TIPO DE DANO: Invasão e exploração madeireira

DESCRIÇÃO: A terra indígena teve uma redução de 50 mil ha. em 1995. A Funai se comprometeu a criar dois postos de fiscalização o que não aconteceu. Houve abertura de estradas clandestinas e uma colonização violenta como a criação dos distritos de Nova Dimensão e de União Bandeirantes. Intensificou-se a exploração e roubo de madeira na terra indígena. Grande quantidade de madeira é transportada à noite pelos caminhões, driblando a fiscalização da Funai.

FONTE: Equipe Cimi Guajará-Mirim/RO

TERRA INDÍGENA: RIO GUAPORÉ

POVO(S): ARIKAPÚ, ARUÁ, DJEOROMITXI, KANOÉ, KUJUBIM, MAKURAP, MASSAKÁ, WAYURÚ

TIPO DE DANO: Retirada de areia

DESCRIÇÃO: Empresa boliviana retira cascalho às margens do rio Guaporé, dentro da área indígena, para construção de aeroporto em Guayaramerim, Bolívia. Em junho deste ano, durante assembléia indígena do povo Kujubim, com a presença do MPF e da Polícia Federal, a comunidade relatou o problema e exigiu providências. Os Policiais Federais estiveram no local e apenas fizeram uma advertência verbal a empresa, que ainda continua em operação.

FONTE: Comunidade Baía das Onças; Equipe Cimi - Guajará Mirim/RO

TERRA INDÍGENA: RIO CAUTÁRIO

POVO(S): KUJUBIM

TIPO DE DANO: Destruição de casas da aldeia

DESCRIÇÃO: Soldados do Exército chegaram apontando armas de fogo contra indígenas. Moradores foram expulsos e tiveram suas casas queimadas e roças destruídas. O caso está sendo investigado.

FONTE: As vítimas, Pe. João Picart (Paróquia de Costa Marques) e Equipe Cimi - Guajará

TERRA INDÍGENA: RIO GUAPORÉ

POVO(S): ARIKAPÚ, ARUÁ, DJEOROMITXI, JABUTI, KANOÉ, KUJUBIM, MAKURAP, MASSAKÁ, WAYURÚ

TIPO DE DANO: Apreensão de patrimônio indígena

DESCRIÇÃO: O acusado, que é boliviano, compra castanha das comunidades fluviais e vende alimentos, bebida, motor, espingardas, etc. a preços elevados, o que causa o endividamento dos indígenas. Há comunidades que estão abatendo árvores para pagar a dívida. Segundo o cacique, um indígena da aldeia contraiu uma dívida com o acusado e este, em revanche, apreendeu o barco que pertence à comunidade e ainda ameaçou o indígena para que não fosse pegar de volta.

FONTE: Cimi Regional Rondônia; Saturnino Jaboti (cacique); Comunidade

TERRA INDÍGENA: RIO BRANCO

POVO(S): ARIKAPÚ, ARUÁ, DJEOROMITXI, KAMPÉ, KANOÉ, MAKURAP, SABANÊ, WAYURÚ

TIPO DE DANO: Construção de hidrelétrica (PCH)

DESCRIÇÃO: Já estão em operação 5 PCH,s no Rio Branco, município de Alta Floresta. A nova PCH que está sendo

construída na cabeceira do rio Branco, aproximadamente a 10 km. de Alta Floresta, vai atingir diretamente e com maior violência, os 10 povos indígenas que sobrevivem desse rio. As principais consequências que esses povos já enfrentam são a dificuldade no transporte pela baixa do rio, a diminuição na reprodução de peixes e quelônios, principal fonte de alimentação, e maior incidência de casos de malárias.

FONTE: Cimi Regional/RO - Equipe Rio Branco e Kwazá

POVO(S): MIQUELENO

TIPO DE DANO: Invasão

DESCRIÇÃO: O povo Miqueleno tem o território tradicional invadido por fazendeiros e pequenos colonos assentados pelo Incra. Vivem em constantes conflitos por conta de ameaças dos fazendeiros e cooptações das lideranças.

FONTE: Cimi Regional Rondônia

TERRA INDÍGENA: PUROBORÁ

POVO(S): PURUBORA

TIPO DE DANO: Desmatamento

DESCRIÇÃO: O território do povo Puruborá está com a mata muito destruída, e ameaçado com o projeto de asfaltamento da BR-429 que corta o seu território tradicional. Esta BR passa no limite da Terra Indígena Uru Eu Wau Wau causando impacto ambiental.

FONTE: Cimi Regional Rondônia

POVO(S): WAYURÚ

TIPO DE DANO: Invasão

DESCRIÇÃO: O território tradicional do povo Wayurú, está ocupado

por grandes fazendeiros, sendo que aproximadamente 80% das terras estão com o governador de Rondônia Ivo Cassol.

FONTE: Cimi Regional Rondônia

RR – 2 Caso(s)

TERRA INDÍGENA: YANOMAMI

POVO(S): YANOMAMI

TIPO DE DANO: Garimpo

DESCRIÇÃO: A ação ilegal de garimpeiros no rio Catrimani, perto da comunidade, está poluindo a água utilizada pelos indígenas. Como consequência, quase não há peixes, eles estão passando fome, não podem beber água e nem tomar banho. Sua sobrevivência está ameaçada. Os garimpeiros foram retirados em 2003, mas muitos voltaram e construíram outras pistas de pouso clandestinas. O posto da Funai está desativado desde 2006.

FONTE: Hutukara Associação Yanomami, 14/08/2008

TERRA INDÍGENA: YANOMAMI

POVO(S): YANOMAMI

TIPO DE DANO: Garimpo

DESCRIÇÃO: Os indígenas denunciam a presença de garimpeiros perto da maloca do Papiu. Segundo eles, os invasores mataram um servidor da Funai há algum tempo. Os indígenas estão revoltados com a presença dos garimpeiros cujo número tem aumentado muito e pedem sua retirada urgente.

FONTE: Hutukara Associação Yanomami, 03/09/2008

RS – 1 Caso(s)

TERRA INDÍGENA: VOTOURO

POVO(S): KAINGANG

TIPO DE DANO: Construção ilegal de barragem

DESCRIÇÃO: Barragem projetada para alagar a área indígena que está em estudos demarcatórios. Tanto a Funai, como a construtora, não consultaram a comunidade. O processo está no Ministério Público Federal.

FONTE: Comunidade Indígena e Cimi - Equipe Irai

SC – 2 Caso(s)

TERRA INDÍGENA: PIRAI

POVO(S): GUARANI

TIPO DE DANO: Descumprimento de prazos para demarcação

DESCRIÇÃO: Em outubro de 2004, as lideranças Guarani/SC, reunidas na terra indígenal Pindoty, enviaram uma carta ao presidente da Funai cobrando a criação de GTs para as terras que estavam sem providências. A Funai, em 2007, solicitou a antropólogos que elaborassem o plano operacional para a imediata criação de GT para identificação das terras. O plano foi enviado em março de 2008 mas até o momento não foi criado. Enquanto o GT não for criado a comunidade sofre com a impossibilidade de utilizar o total da área que lhe é de direito; além disso, os moradores das redondezas não respeitam limites da terra e colocam gado que, por várias vezes, come toda a plantação da comunidade.

FONTE: Cimi Sul, equipe Florianópolis



Foto: Cimi MA

Ações do Ibama e da PF não tem conseguido coibir retirada de madeira ilegal das terras indígenas

TERRA INDÍGENA: MORRO DOS CAVALOS

POVO(S): GUARANI

TIPO DE DANO: Desmatamento

DESCRIÇÃO: Índios e equipe do Cimi fizeram registro fotográfico de desmatamento dentro da terra indígena, às margens da BR-101. O Ministério Público foi acionado e enviou equipe ao local. Segundo a procuradora Dra. AnaLúcia Hartmann, a empresa tinha autorização da Fundação de Amparo ao Meio Ambiente - FATMA, que por sua vez alegou que o desmatamento era fora da terra indígena.

FONTE: Cimi - Equipe Florianópolis

TO – 3 Caso(s)

TERRA INDÍGENA: PARQUE DO ARAGUAIA

POVO(S): KARAJÁ

TIPO DE DANO: Pesca ilegal

DESCRIÇÃO: Os invasores pousaram um avião, num aeroporto clandestino, próximo da aldeia para pescar na região. O cacique Sauré Karajá informou que prendeu as pessoas pois estavam pescando numa área da ilha sem autorização dos indígenas.

FONTE: Jornal do Tocantins, 30/07/2008

TERRA INDÍGENA: INÃWÉBOHONA

POVO(S): JAVAÉ

TIPO DE DANO: Pesca ilegal

DESCRIÇÃO: Entrada ilegal de caravanas de pescadores na Ilha do Bananal, com acesso pela aldeia Boto Velho. Essa ação fere cláusula do TAC -Termo de Ajustamento de Conduta, firmado entre o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, por intermédio do Ibama, da Funai e as comunidades indígenas. O TAC estabelece obrigações para o uso sustentável dos recursos pesqueiros da ilha pelos índios, enquanto não se conclui o Acordo de Pesca para que as comunidades possam exercer a pesca como atividade comercial e, assim, ter uma alternativa de renda.

FONTE: Jornal do Tocantins, 21/10/2008

TERRA INDÍGENA: APINAYÉ

POVO(S): APINAYÉ

TIPO DE DANO: Extração ilegal de madeira

DESCRIÇÃO: Uma equipe montada por lideranças indígenas, Ibama e Funai fazendo vistoria na área surpreendeu o acusado tirando madeira da terra indígena.

FONTE: Edivado Apinajé (agente de saúde); Cimi Regional GO/TO

Foto: Karine Teixeira/Arquivo Cimi



No rio Javaé (TO), fazendeiros desviam água para irrigação e há pescadores ilegais

Omissão e morosidade na regularização de terras

Ano de 2008

Há registro de 37 casos de omissão e morosidade na regularização de terras indígenas em 2008. Como nos anos anteriores, observa-se por parte das autoridades, especificamente da Funai, o não atendimento às demandas das comunidades indígenas e a morosidade ou paralisação nas etapas do processo de demarcação de terras.

Vale ressaltar que a Constituição de 1988 estipulou um prazo de 5 anos para reconhecer e regularizar todas as terras indígenas, afirmando que isto é uma obrigação da União para com os povos indígenas.

Os atrasos colocam as comunidades em estado de apreensão, insegurança e inquietação. É negado a elas o direito de morar, plantar e caçar nos seus territórios. Sem alternativas, são levadas à pobreza, fome, trabalhos degradantes, dependência e marginalização.

Além disto, sem a definição de seus direitos sobre as terras, estes povos ficam vulneráveis frente à pressão, intimidação e violência de proprietários privados, empresas, invasores, políticos, enfim, todas as forças que se opõem à presença dos indígenas nas terras que são historicamente desses povos. Essa realidade é verificada no caso de 6 povos indígenas em Rondônia, que vivem em constante conflito e ameaçados pelos interessados em suas terras. Do mesmo modo, vivem os Pataxó, na Bahia. Além disso, terras reivindicadas – ou ainda terras já registradas – continuam vulneráveis a invasões, ocupações, explorações dos recursos naturais e desmatamento. Como exemplo, há as terras reivindicadas pelos Nambikwara-Mamaide. Enquanto o processo demora a se concretizar, outros grupos, não-indígenas, aproveitam para ocupar esta região.

De fato, em todo o país, quando uma terra está sendo reivindicada como terra tradicional indígena, observa-se um aumento na cobiça destas terras, aumentando a exploração, o desmatamento e a grilagem.

Este relatório não apresenta todos os casos de atrasos, mas fornece um quadro significativo da morosidade dos órgãos envolvidos no processo de demarcação.

A regularização é um procedimento administrativo complexo, de várias etapas, inclusive com prazos

determinados – tudo definido no Decreto nº 1.775/96. No entanto, todos esses prazos são desconsiderados pelos órgãos responsáveis.

A Funai não atende às demandas de todos os povos, alegando falta de recursos. Em muitos casos, depois da constituição do Grupo Técnico (GT), há demora para se iniciar a pesquisa antropológica e o levantamento fundiário. Casos exemplares desta situação ocorrem nos três estados da região sul e no Mato Grosso do Sul, onde a resistência a qualquer regularização de terra indígena é veemente. No Mato Grosso do Sul, formou-se uma aliança poderosa de entidades agrícolas, políticos e governo estadual que conseguiu suspender o trabalho dos grupos técnicos para 26 áreas e abrir negociações sobre as condições deste processo.

Quando o trabalho dos GTs é concluído, segundo muitas denúncias, a Funai demora a publicar o relatório antropológico de identificação e delimitação. Em seguida, a Funai ultrapassa o prazo para a entrega do processo ao Ministro da Justiça, e este, por sua vez, costuma ultrapassar o prazo de 30 dias para declarar os limites, a chamada Portaria Declaratória.

Uma vez publicada esta Portaria, deveria começar o processo de indenização dos não-indígenas na terra declarada e a demarcação física. Este processo, geralmente, se estende por muito tempo. Deve-se considerar que este trabalho de delimitação física em nada impede a homologação da terra pelo presidente da República. Porém, esse último passo costuma demorar. Em 2008, só uma terra indígena foi homologada, enquanto 57 terras já declaradas aguardam apenas homologação.

É difícil avaliar o quanto as demoras são motivadas por falta de recursos, como a Funai costuma alegar, por negligência, ou mesmo resistência dentro da Funai, do Ministério de Justiça e da Presidência da República. Também é difícil verificar em que medida os atrasos são resultado da grande pressão de grupos econômicos e políticas à qual estes órgãos executivos acabam cedendo.

Observa-se que aqueles que se opõem à demarcação das terras indígenas organizam-se cada vez melhor, formando alianças, tentando influenciar a opinião pública e o poder público, com manifesta-

ções, acusações, campanhas na mídia, afirmações incompletas e incorretas, criando um clima desfavorável, preconceituoso e hostil aos indígenas. Em 2008, esse *lobby* crescente se destacou no Mato Grosso do Sul, em Santa Catarina e ao longo de todo o processo do julgamento da demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol no Supremo Tribunal Federal (STF).

Chama atenção a situação nos estados do Sul, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. As comunidades Guarani e Kaingang sofrem por causa da proteção por parte da Funai. Apesar de repetidas promessas nos últimos anos de se iniciar ou dar conti-

nuação aos processos de regularização, o órgão oficial não cumpriu nenhuma delas, resultando em 23 casos de omissão. Essa omissão é complementada pela atitude das autoridades locais que não reconhecem os direitos das comunidades indígenas e negam assistência e projetos sociais.

Dessa forma, sem terra própria ou suficiente, as comunidades continuam vivendo em situações de extrema miséria. Algumas estão à beira de estradas, enfrentando problemas de saúde, desnutrição, alcoolismo e exploração juvenil e infantil, além de ameaças e preconceito. Há grupos que têm vivido 20, 30 e até 40 anos à beira de estradas.

OMISSÃO E MOROSIDADE NA REGULARIZAÇÃO DE TERRAS

Dados -2008

Total de casos: 37

AL – 1 Caso(s)

TERRA INDÍGENA: KALANKÓ

POVO(S): KALANKÓ

DESCRIÇÃO: Os Kalankó fizeram uma retomada de terra, sofreram ameaças de serem despejados das terras que ocuparam e sofrem muitas perseguições pelos fazendeiros, e, até agora, não há nenhuma providência tomada por parte das autoridades.

FONTE: Cimi Regional Nordeste

BA – 2 Caso(s)

TERRA INDÍGENA: TUPINAMBÁ DE OLIVENÇA

POVO(S): TUPINAMBÁ DE OLIVENÇA

DESCRIÇÃO: A tensão começou quando a Polícia Federal iniciou a reintegração de posse em uma das áreas onde vivem os índios Tupinambá. Em janeiro/2008, o TRF suspendeu, por 180 dias, a decisão de retirada dos índios. Nesse período a Funai deveria finalizar o relatório de identificação das terras. O relatório foi finalizado, mas a Funai pediu informações complementares ao Grupo Técnico. O prazo expirou e a Justiça Federal determinou que PF cumprisse os mandados de reintegração de posse. Três indígenas que questionaram a ação da polícia foram feridos com bala de borracha. A ação deixou muitas outras pessoas feridas e destruiu casas e utensílios dos indígenas.

FONTE: Informe 839/Cimi - Boletim Mundo - 23/10/08

TERRA INDÍGENA: PATAXÓ

POVO(S): PATAXÓ

DESCRIÇÃO: A luta pela retomada da terra já vem de longa data. Os índios afirmam que não sairão da terra e que não estão invadindo porque a área pertence a seus antepassados e a retomada representa o cumprimento de um direito constitucional. As famílias foram expulsas na década de 1970 pela antiga empresa de exploração madeireira Brasil-Holanda e a área que faz parte do território tradicional desse povo, está em de estudos para demarcação.

FONTE: A Tarde, 19/07/2008

GO – 1 Caso(s)

TERRA INDÍGENA: CARRETÃO I

POVO(S): TAPUIA

DESCRIÇÃO: Na revisão da demarcação das terras indígenas Carretão I e II, os três cemitérios antigos da comunidade ficaram fora dos limites da terra. Há anos o povo reivindica a inclusão dos cemitérios, pois para enterrar os seus mortos os indígenas são obrigados a pedir permissão ao fazendeiro para entrar no local.

FONTE: Comunidade indígena; Cimi Regional GO/TO

MT – 7 Caso(s)

TERRA INDÍGENA: CABIXI

POVO(S): NAMBIKWARA-MAMAIDE

DESCRIÇÃO: A morosidade na identificação, homologação e demarcação da terra indígena Cabixi, reivindicada pelo subgrupo Nambikwara Mamaindê, propicia a ocupação da terra por grandes fazendas, exploração de madeira e projetos de colonização.

FONTE: Equipe Cimi/MT, 04/11/2008; Jornal O Diário/MT, 4/11/2008

TERRA INDÍGENA: BATELÃO

POVO(S): KAYABÍ

DESCRIÇÃO: O povo Kayabi foi retirado de seu território no ano de 1966. Naquele ano um grupo foi levado para o Parque Indígena do Xingu e um outro grupo se instalou onde hoje é a aldeia Tatuí, na terra compartilhada com outras duas etnias: Apiaká e Munduruku. Embora o passar dos anos, os Kayabi nunca esqueceram seu território tradicional do Batelão e o reivindicam. Apesar de estar identificada, a demarcação da terra foi suspensa em 2004, por liminar concedida aos fazendeiros e madeireiros que continuam explorando a terra indígena. A mesma liminar impedia os indígenas de entrar em sua terra. Também os fazendeiros seriam impedidos, mas estes continuam desrespeitando a liminar e colocam pistoleiros para impedir os indígenas de entrar. Através de audiências com o Ministério Público Federal os indígenas vêm buscando dar os encaminhamentos.



Foto: Gilberto Vieira/Arquivo Cimi

Invasores da terra Batelão, do povo Kayabi, desmatam e depredam os territórios acabando com os recursos naturais existentes

mentos necessários na busca de solucionar os impasses para a demarcação definitiva do Batelão. A luta do povo Kayabi pela terra do Batelão já causou o desaparecimento, em 2003, de uma importante liderança, Yewut Kayabi, sobre o qual não se descobriu nenhuma informação.

FONTE: Cimi Regional Mato Grosso

TERRA INDÍGENA: PONTAL

POVO(S): APIAKÁ

DESCRIÇÃO: Os Apiaká continuam em luta pela recuperação de suas terras tradicionais. Na região do Pontal, foram ouvidos em um acampamento de caça, sinais dos Apiaká que vivem isolados. Hoje muitos Apiaká estão vivendo no Pontal, resistindo à pressão de invasores. A Funai realizou apenas os primeiros levantamentos.

FONTE: Cimi Regional Mato Grosso

TERRA INDÍGENA: PORTAL DO ENCANTADO

POVO(S): CHIQUITANO

DESCRIÇÃO: O povo Chiquitano reivindica a demarcação e a posse de seu território tradicional. A Funai identificou apenas uma parte da terra e paralisou o processo de demarcação. Diante da morosidade da Funai, os fazendeiros da região, políticos do Estado e representantes dos ruralistas, vêm agindo no sentido de impedir a demarcação em favor dos indígenas, inclusive pressionando e cooptando alguns indígenas. Alguns políticos vão para a mídia defender seus argumentos dizendo que os Chiquitano não são indígenas, mas que são bolivianos.

FONTE: Cimi Regional Mato Grosso

TERRA INDÍGENA: TEREZA CRISTINA

POVO(S): BORORO

DESCRIÇÃO: No âmbito da Funai, enquanto órgão responsável do governo federal, o processo de demarcação da área total reivindicada pelo povo Bororo, ou seja, incorporar quase 30% demarcados pelo Marechal Cândido Rondon que ficaram fora da demarcação posterior, continuou praticamente parado em 2008.

FONTE: Cimi Regional Mato Grosso

TERRA INDÍGENA: MENKU

POVO(S): MYKY

DESCRIÇÃO: No processo de demarcação do território do povo Myky uma parte importante foi deixada fora. Trata-se de áreas de castanhas e tucum, extremamente importantes para a alimentação e cultura do povo. A Funai já realizou a identificação dos lugares de antigas aldeias e lugares sagrados para o povo, contudo, o processo de ampliação tende a se arrastar por algum tempo ainda. Os Myky enfrentam ainda o risco de serem prejudicados pela construção de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) que atingirão sua terra.

FONTE: Cimi Regional Mato Grosso

TERRA INDÍGENA: KAWAHIVA DO RIO PARDO

POVO(S): KAWAHIVA

DESCRIÇÃO: Há indícios de pelo menos seis grupos indígenas isolados em Mato Grosso. Um deste grupos é o já identificado povo Kawahiva. A Funai publicou no Diário Oficial da União uma portaria que estabelece restrição ao direito de ingresso, locomoção e permanência de “pessoas estranhas” em 411 mil hectares delimitados para a terra indígena Kawahiva do Rio Pardo. Contudo, a terra ainda não foi demarcada.

FONTE: Cimi Regional Mato Grosso

PA – 1 Caso(s)**TERRA INDÍGENA:** APYTEREWA**POVO(S):** PARAKANÃ

DESCRIÇÃO: Há mais de 20 anos, mais de 1.200 famílias de fazendeiros e madeireiros invadiram e ocuparam a terra indígena. O território foi homologado por decreto presidencial em 19/04/2007. A presença dos indígenas vem sendo confirmada por antropólogos desde a década de 1970. Políticos e líderes dos invasores não aceitam a homologação e tentam anulá-la recorrendo a atos públicos e manifestações. A pressão dos fazendeiros e dos políticos locais já fez com que a terra indígena sofresse uma redução em sua área original, resultando no acirramento do conflito e no estímulo a novas invasões. Grupos de posseiros, incentivados por interesses econômicos e políticos, entram na área de forma organizada para a extração ilegal de ouro e de madeira.

FONTE: O Liberal/PA, 22/05/2008; Cimi Norte II

PR – 3 Caso(s)**TERRA INDÍGENA:** AVA-GUARANI DE OCOI**POVO(S):** GUARANI

DESCRIÇÃO: Cerca de 600 índios estão numa área de 230 hectares. Reivindicam há anos o estudo antropológico para identificação de uma nova área ou revisão de limites da atual.

FONTE: Cimi Sul - Equipe Paraná

TERRA INDÍGENA: BOA VISTA**POVO(S):** KAINGANG

DESCRIÇÃO: Embora a Portaria Declaratória tenha sido assinada em 19 de abril de 2007, o levantamento fundiário e a demarcação da área ainda não foram concluídos. Ao todo são 10 famílias acampadas em menos de dois hectares de sua terra tradicional.

FONTE: Cimi Sul - Equipe Paraná

TERRA INDÍGENA: KA' AGUY GUAXY PALMITAL**POVO(S):** GUARANI

DESCRIÇÃO: A comunidade reivindica a criação de um GT, desde 2006. Em novembro de 2007, a Justiça Federal de União da Vitória concedeu prazo de seis meses para a Funai apresentar o laudo antropológico de identificação da terra. Como o prazo não foi cumprido pela Funai, a Justiça Federal, em agosto de 2008, determinou a reintegração de posse contra os Guarani.

FONTE: Cimi Sul - Equipe Paraná

RS – 15 Caso(s)**TERRA INDÍGENA:** MATO PRETO**POVO(S):** GUARANI

DESCRIÇÃO: Comunidade Guarani composta por 9 famílias está acampada às margens da linha férrea da América Logística, entre os municípios de Erechim e Erebangó. Já estão nessa situação há cinco anos. A Funai havia prometido publicar o relatório antropológico até o final do mês de junho de 2008, porém não o fez. O MPF tentou um acordo entre o Estado e o Incra para realizar parte do desintru-

samento, mas não obteve êxito. O não cumprimento dos prazos deixou a comunidade sem terra e vivendo em condições precárias, os índios são vítimas de desnutrição, alcoolismo e doenças.

FONTE: Cimi Sul - Equipe Iraí

TERRA INDÍGENA: LAJEADO DO BUGRE**POVO(S):** KAINGANG

DESCRIÇÃO: Terra indígena demarcada com 279 hectares. Destes, 80 é mata, 10 está ocupada por um aeroporto desativado e o restante é terreno acidentado com muita pedra e terra degradada. Os índios reivindicam ampliação da terra. Em reunião entre os indígenas e a Coordenadoria Geral de Identificação e Delimitação (CGID), a Funai anunciou criação de GT para estudos até 15 de setembro. Com o descumprimento do prazo, a comunidade continua com espaço reduzido e com dificuldades para a auto-sustentação.

FONTE: Cimi Sul - Equipe Iraí

TERRA INDÍGENA: KAINGANG DE IRAÍ**POVO(S):** KAINGANG

DESCRIÇÃO: Terra indígena demarcada com 279 ha. Destes, 80 é mata, 10 está ocupada por um aeroporto desativado e o restante é terreno acidentado com muita pedra e terra degradada. Os índios reivindicam ampliação da terra. Em reunião com a CGID, a Funai anunciou criação de GT para estudos até 15 de setembro. Com o descumprimento do prazo, a comunidade continua com espaço reduzido e com dificuldades para a auto-sustentação.

FONTE: Cimi Sul - Equipe Iraí

TERRA INDÍGENA: PASSO GRANDE DA FORQUILHA**POVO(S):** KAINGANG

DESCRIÇÃO: Há dois anos os índios esperam pelas promessas da Funai para a criação de um GT. No início de 2008, em reunião com a comunidade e o Ministério Público Federal, a Fundação deu um prazo até final de setembro de 2008, para resolver a questão, o que não ocorreu. A comunidade está acampada às margens da rodovia há mais de 30 anos. Em consequência, sofre com problemas de saúde, alcoolismo e desnutrição.

FONTE: Relatório/2008- Cimi Equipe de Porto Alegre - Discurso de Maurício Guarani

TERRA INDÍGENA: IRAPUÁ**POVO(S):** GUARANI

DESCRIÇÃO: Em 1997, a Funai fez o levantamento prévio da área, prometendo solução para 2006/2007. Em reunião com a comunidade e Ministério Público Federal, esta Fundação, mais uma vez, prometeu resolver a questão. Os índios estão acampados às margens da BR-290. São 15 famílias vivendo em condições precárias de saúde, afetadas pelo alcoolismo e desnutrição. A TI está ocupada por fazendeiros.

FONTE: Relatório/2008 - Cimi Equipe Porto Alegre - Discurso de Maurício Guarani

TERRA INDÍGENA: PARQUE DO ITAPUA**POVO(S):** GUARANI

DESCRIÇÃO: A área onde estão os Guarani é de 23 hectares cedida pelo governo do estado do Rio Grande do Sul, localizada perto do Parque Estadual de Itapuã, terra de

ocupação tradicional desse povo. A comunidade, composta por 10 famílias, vive em condições precárias em área reduzida, fora de sua terra tradicional, sem recursos naturais para sua subsistência. Os índios sofrem com desnutrição, doenças, bebida alcoólica e exploração de crianças e adolescentes. A portaria da terra indígena foi publicada em 31 de agosto de 2008, mas não há previsão de liberação de recursos para iniciar os trabalhos de campo. A Funai se comprometeu a liberar os recursos para os trabalhos de campo até o final de setembro de 2008, o que não ocorreu.

FONTE: Relatório/2008 da Equipe de Porto Alegre; Discurso de Maurício Guarani

TERRA INDÍGENA: MORRO DO OSSO

POVO(S): KAINGANG

DESCRIÇÃO: Os Kaingang ocuparam o Parque Natural Morro do Osso, em 2004. Quando os índios fizeram a ocupação, grande parte da área já estava destinada para a construção de condomínios de luxo. Existem estudos de pesquisadores da UFRS que comprovam historicamente que os índios habitaram essa região. Prova disso, são os antigos sítios arqueológicos e os cemitérios indígenas. Em 2006, o TRF assegurou aos índios o direito de permanecerem na área até que a Funai procedesse os estudos antropológicos. Desde então a Funai vem prometendo a criação do GT, estendendo o prazo até setembro/2008, prazo este que não foi cumprido. Em consequência, a comunidade vem sofrendo preconceitos

e discriminações por parte da elite que vive no entorno do Morro do Osso.

FONTE: Cimi Sul - Equipe Porto Alegre

TERRA INDÍGENA: CAPIVARI

POVO(S): GUARANI

DESCRIÇÃO: Há dois anos os índios esperam pelas promessas da Funai para a criação de um GT. No início de 2008, em reunião com a comunidade e o Ministério Público Federal, a Fundação prometeu um prazo até final de setembro de 2008, para resolver a questão. Os índios estão acampados em um local pantanoso e próximo de uma rodovia, expostos a problemas de alcoolismo, doenças e desnutrição.

FONTE: Relatório/2008 Equipe Cimi Porto Alegre; Discurso de Maurício Guarani

TERRA INDÍGENA: ESTIVA

POVO(S): GUARANI

DESCRIÇÃO: Desde 2006, os índios esperam pelas promessas da Funai para a criação de GT. No início deste ano, em reunião com a comunidade e o Ministério Público Federal, a Fundação deu um prazo até final de setembro de 2008, para resolver a questão. A área está de posse da Prefeitura de Viamão. São 16 famílias vivendo em condições precárias de saúde, vítimas de alcoolismo, desnutrição e exploração de adolescentes e crianças.

FONTE: Relatório/2008 - Cimi Equipe Porto Alegre; Discurso de Maurício Guarani



Foto: Equipe Cimi / Im / RS

Indígenas acampados na beira da estrada aguardam a demarcação de suas terras

TERRA INDÍGENA: PASSO GRANDE

POVO(S): GUARANI

DESCRIÇÃO: Há dois anos os índios esperam pelas promessas da Funai para a criação de um GT. No início deste ano, em reunião com a comunidade e o Ministério Público Federal, a Fundação deu um prazo até final de setembro de 2008. Os índios estão acampados às margens de rodovia há mais de 40 anos, expostos a problemas de alcoolismo, doenças e desnutrição.

FONTE: Relatório/2008 - Cimi Equipe de Porto Alegre - Discurso de Maurício Guarani

TERRA INDÍGENA: CANTAGALO

POVO(S): GUARANI

DESCRIÇÃO: Apesar de demarcada e homologada, a terra ainda não é de usufruto Guarani. A Funai não realizou o pagamento das indenizações dos ocupantes. Por causa desta situação, os índios enfrentam problemas de saúde, desnutrição e alcoolismo, vivem acampados, sem terra.

FONTE: Relatório/2008 - Cimi Equipe de Porto Alegre

TERRA INDÍGENA: LAMI

POVO(S): GUARANI

DESCRIÇÃO: A Funai prometeu a criação do GT para identificação da área, até setembro de 2008. Os índios, num total de cinco famílias, estão acampados na beira da estrada, perto de Porto Alegre, aguardando providências. Vivem em condições precárias de saúde, submetidos a desnutrição, alcoolismo e exploração de adolescentes e crianças.

FONTE: Relatório/2008 - Cimi Equipe Porto Alegre

TERRA INDÍGENA: ACAMPAMENTO XINGU

POVO(S): KAINGANG

DESCRIÇÃO: A comunidade está acampada embaixo de lona, às margens da estrada. Os indígenas reivindicam demarcação de terra. Em reunião com a CGID, a Funai anunciou a criação de GT para identificação e delimitação, até 15

de setembro. Com o não cumprimento do prazo a comunidade continua em situação desumana.

FONTE: Cimi Sul - equipe Irai

TERRA INDÍGENA: MATO CASTELHANO

POVO(S): KAINGANG

DESCRIÇÃO: A comunidade, composta por 40 famílias, com aproximadamente 60 crianças, está acampada embaixo de lona, às margens da BR-285, que liga Passo Fundo a Vacaria. Estão reivindicando a demarcação da terra. Em reunião com a CGID, a Funai anunciou a criação de GT para identificação e delimitação, até 15 de setembro. Com o não cumprimento do prazo, a comunidade Kaingang continua em situação desumana.

FONTE: Cimi Sul - Equipe Irai

TERRA INDÍGENA: CACIQUE DOBLE

POVO(S): KAINGANG

DESCRIÇÃO: A terra indígena está demarcada com 4426 ha e ocupada por aproximadamente 1200 pessoas. A comunidade reivindica ampliação da terra. Em reunião com CGID, a Funai anunciou criação de GT para os estudos, até setembro/2008. Com o descumprimento do prazo a comunidade continua com espaço reduzido e com dificuldades para a auto-sustentação.

FONTE: Cimi Sul - Equipe Irai

RO – 1 Caso(s)

POVO(S): CASSUPÁ, KUJUBIM, MIQUELENO, PURUBORA, SALAMÃI, WAYURÚ

DESCRIÇÃO: Seis povos exigem a demarcação de seus territórios tradicionais, somente para o povo Purubora, foi feito o estudo pré-liminar, cujo relatório está pronto, mas a comunidade ainda não teve acesso. Os povos vivem em constante conflito e ameaça por parte dos fazendeiros e outros ocupantes de suas terras, que geram divisões internas, cooptação de lideranças, o que enfraquece a luta



Cerca de 40 famílias Kaingang, com 60 crianças, estão acampadas às margens da BR-285 (RS)

do povo. A demora do estudo e demarcação contribui para os desmatamentos da pouca floresta que ainda resta das áreas reivindicadas.

FONTE: Cimi Regional Rondônia

SC – 5 Caso(s)

TERRA INDÍGENA: MORRO ALTO

POVO(S): GUARANI

DESCRIÇÃO: Os Guarani ocuparam essa terra em agosto de 2003 e desde essa época a comunidade vem cobrando da Funai a demarcação. Em outubro de 2004, as lideranças reunidas na terra indígena Pindoty enviaram uma carta ao presidente da Funai cobrando a criação de GTs para as terras que estavam sem providência. Nesse mesmo ano o MPF entrou com uma ação contra a Funai solicitando a regularização das terras Guarani do litoral norte de Santa Catarina. A Funai, a partir de uma reunião em setembro de 2007 se propôs dar solução e solicitou a antropólogos que elaborassem o plano operacional para a criação do GT para identificação das terras ainda sem providências. O plano foi enviado em março de 2008, mas até o final de 2008 o GT não foi criado. Como consequência dessa situação a comunidade vive insegura, pois não pode aumentar suas roças. Além disso uma boa parte da terra é protegida por ser nascente de rios e precisa manter a vegetação. Como a terra não está regularizada, os órgãos públicos alegam que não é possível desenvolver projetos para assistência aos índios.

FONTE: Cimi Sul - Equipe Florianópolis, 09/2008

TERRA INDÍGENA: TARUMÃ

POVO(S): GUARANI

DESCRIÇÃO: Em outubro de 2004, as lideranças Guarani de Santa Catarina reunidas na terra indígena Pindoty enviaram uma carta ao presidente da Funai cobrando a criação de GTs para as terras indígenas Guarani que estavam sem providência. Em 2007, a Funai se propôs a solucionar o problema. Solicitou a antropólogos que elaborassem o plano operacional para a imediata criação de GT para identificação das terras. O plano foi enviado à Funai em março, mas até o final de 2008 não foi criado. Como consequência, a comunidade vive insegura, pois não pode aumentar suas roças por viverem cercados de propriedades particulares. Além disso não consegue acessar recursos públicos e projetos de assistência porque os órgãos públicos insistem na tese de que não é possível desenvolver projetos porque a terra não está regularizada.

FONTE: Cimi Sul - Equipe Florianópolis, 09/2008

TERRA INDÍGENA: MASSIAMBU

POVO(S): GUARANI

DESCRIÇÃO: Em outubro de 2004, as lideranças Guarani de Santa Catarina, reunidas na terra indígena Pindoty, enviaram uma carta ao presidente da Funai cobrando a criação de GTs para as terras Guarani que estavam sem providências. A Funai, em 2007, se propôs a solucionar o problema e solicitou a antropólogos que elaborassem o plano operacional para a imediata criação de GT para identificação das terras sem providências. O plano foi encaminhado em março de 2008 mas o GT não foi criado. Como consequência, a comunidade vive insegura, não pode fazer suas roças pois os índios vivem em apenas 4,6

ha., cercados de propriedades particulares. Eles também sofrem ameaças quando passam por dentro das propriedades para buscar lenha e material para artesanato. As ameaças atingem também as crianças impedindo que vão até os rios para pescar ou tomar banho. Além disso a comunidade não consegue acessar recursos públicos e projetos de assistência porque os órgãos públicos insistem na tese de que a terra não estando regularizada não é possível desenvolver projetos.

FONTE: Cimi Sul, Equipe Florianópolis

TERRA INDÍGENA: CAMBIRELA

POVO(S): GUARANI

DESCRIÇÃO: Em outubro de 2004 as lideranças Guarani de Santa Catarina, reunidas na terra indígena Pindoty, enviaram uma carta ao presidente da Funai cobrando a criação de GTs para as terras Guarani que estavam sem providências. A Funai, em 2007, se propôs a solucionar o problema e solicitou a antropólogos que elaborassem o plano operacional para a imediata criação de GT para identificação dessas terras. O plano operacional foi enviado em março/2008, mas até o final de 2008 o GT não foi criado. Como consequência, a comunidade vive insegura pois sempre há pessoas que se dizem proprietárias e os ameaçam de despejo. Eles não têm espaço para suas roças, pois ocupam cerca de um ha. cercado de propriedades particulares, nas margens da rodovia BR 101. A comunidade não consegue acessar recursos públicos e projetos de assistência porque os órgãos públicos insistem na tese de que a terra não estando regularizada não é possível desenvolver projetos.

FONTE: Cimi Sul, equipe Florianópolis

TERRA INDÍGENA: PIRAI

POVO(S): GUARANI

DESCRIÇÃO: Em outubro de 2004, as lideranças Guarani de Santa Catarina, reunidas na terra indígena Pindoty, enviaram uma carta ao presidente da Funai cobrando a criação de GTs para as terras que estavam sem providências. A Funai, em 2007, solicitou a antropólogos que elaborassem o plano operacional para a imediata criação de GT para identificação das terras. O plano foi enviado em março de 2008 mas até o momento não foi criado. Enquanto o GT não for criado a comunidade sofre com a impossibilidade de utilizar o total da área que lhe é de direito; além disso, os moradores das redondezas não respeitam limites da terra e colocam gado que, por várias vezes, comeu toda a plantação da comunidade.

FONTE: Cimi Sul, equipe Florianópolis

TO – 1 Caso(s)

TERRA INDÍGENA: KARAJÁ DE ARUANÃ I

POVO(S): KARAJÁ

DESCRIÇÃO: O processo administrativo de desintrusão das mansões de veraneio do município de Aruanã e inclusão do antigo cemitério à terra do povo Karajá encontra-se parado. A população vem sofrendo um processo intenso de violência, pois moram praticamente dentro da cidade, cercados por avenidas e expostos ao alcoolismo, drogas e prostituição, além do chamado ecoturismo nas temporadas de praias.

FONTE: Comunidade indígena; Cimi Regional GO/TO

